

Aneel determina renovação de concessões

Entre as empresas abrangidas estão a CEEE-D e mais cinco concessionárias no Rio Grande do Sul de menor porte

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deliberou ontem o resultado da audiência pública nº 38/2015 com a recomendação, ao poder concedente (Ministério de Minas e Energia), de prorrogar 40 concessões de distribuição de energia elétrica. Entre as empresas contempladas estão as gaúchas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), Usina Hidroelétrica Nova Palma (sede em Faxinal do Soturno), Eletrocar (Carazinho), Hidropan (Panambi), Demei (Ijuí) e Mux Energia (Tapejara). Algumas dessas companhias já tinham o contrato vencido (como era o caso da CEEE-D), e outras estavam com os acordos prestes a terminar.

Após a decisão da Aneel, agora as distribuidoras aguardam assinar os acordos com o Ministério de Minas e Energia para estender a concessão pelo prazo de até 30 anos. A prorrogação do contrato de concessão da Companhia Energética de Roraima (CERR) não foi recomendada pela Aneel.

Em duas fases, a audiência pública nº 038/2015 recebeu 477 contribuições à minuta do contrato de concessão das concessionárias de distribuição, que vão passar pelo processo de prorrogação da concessão, re-

gulamentado pelo Decreto nº 8.461/2015. As contribuições da sociedade englobaram os aspectos referentes a qualidade; governança, transparência e sustentabilidade; tarifas e aspectos gerais do contrato.

Os novos contratos de concessão impõem condicionantes de eficiência às distribuidoras. A eficiência será tratada em duas dimensões: qualidade do serviço e sustentabilidade da gestão econômico-financeira. Os descumprimentos dos limites podem resultar em caducidade da concessão, ou também em limitações à distribuição de resultados financeiros aos acionistas das empresas.

Segundo o diretor da Aneel André Pepitone da Nóbrega, relator da matéria, o processo contou com ampla interação com a sociedade, quer por meio das contribuições, quer pelas reuniões nas quais instituições públicas e privadas puderam tirar dúvidas sobre a proposta da agência. “O resultado foi um documento consistente e adequado, fruto de diversas interações com associações, empresas e o próprio governo”, afirma Nóbrega.

O advogado e sócio do Escritório Souto Correa Luiz Gustavo Kaercher Loureiro lem-

bra que houve discussões sobre a constitucionalidade das prorrogações. O Tribunal de Contas da União (TCU) chegou a emitir acórdãos não recomendando a renovação das concessões ou impondo muitas limitações. No entanto, posteriormente, o órgão admitiu o processo. Sobre o Decreto nº 8.461/2015, Kaercher explica que o texto determina que, uma vez firmado o contrato, as concessionárias serão observadas por um prazo de cinco anos. Dentro desse período, haverá metas anuais de cumprimento dos indicadores de qualidade (DEC, Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora; e FEC, Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e de gestão econômico-financeira.

Kaercher acrescenta que, se as distribuidoras não atenderem às metas anuais ao longo de dois anos consecutivos, é prevista a extinção da concessão. Contudo, o advogado admite que existe o risco de que, sob a alegação do prejuízo que seria causado por uma eventual perda de concessão, violações da lei não sejam punidas. “Eu temo que, de fato, essas imposições sejam mais uma espécie de recomendação do que uma ameaça a ser cumprida”, argumenta.



Loureiro lembra que o TCU chegou a emitir acórdãos impondo limitações

Usina de Itaipu bate recorde de geração elétrica

A usina de Itaipu, hidrelétrica responsável por atender a aproximadamente 17% da demanda brasileira de energia, registrou ontem um novo recorde de geração horária de energia elétrica. Durante a tarde, a usina alcançou 14.167 megawatts (MW) de geração, número superior à potência instalada da unidade, de 14.000 MW. A marca também superou o antigo recorde de 14.116 MW em março passado.

O novo recorde é explicado

pela cheia registrada nos últimos 12 dias, que obrigou Itaipu a verter água entre sexta-feira e segunda-feira passada. A usina opera, atualmente, com o reservatório a 100% de sua capacidade de armazenamento de água.

A melhor condição operacional, associada à necessidade de a região Sul do País compensar a menor geração elétrica em outros submercados, como o Sudeste e o Nordeste, permitiu à Itaipu Bina-

cional operar a plena atividade. O resultado foi o registro de dois recordes em uma única tarde. Entre 12 horas e 13 horas da terça-feira, a usina alcançou a produção de 14.145 MW, um novo recorde histórico até então. Mais tarde, o novo recorde, de 14.167 MW, foi atingido.

Além de atender ao mercado nacional, a usina de Itaipu também foi responsável por atender 75% da demanda elétrica do vizinho Paraguai.

MP sobre risco hidrológico não segue cronograma de Braga

Se o Ministério de Minas e Energia contava com a aprovação, pelo Parlamento, da Medida Provisória nº 688 - que trata do déficit de geração hídrica - antes do leilão das 29 hidrelétricas, no dia 6 de novembro, o certame corre ainda mais risco de não ter sucesso. O relator da MP na comissão mista do Congresso, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse ontem que ainda deseja realizar audiências públicas sobre o tema e garantiu que não irá apresentar um “relatório apressado”.

Na sexta-feira passada, em Nova Iorque, o ministro Eduardo Braga avaliou que “70% do sucesso do leilão depende da aprovação da MP”. Ele chegou a expor um cronograma esperado pelo governo, de que o relatório fosse apresentado à comissão mista ontem por Oliveira, para ir à votação nos dias 27 e 28 deste mês na Câmara dos Deputados, e nos dias 3 e 4 de novembro no Senado.

A comissão não tem nenhuma reunião marcada para esta semana. “Para ser sincero, nem sei se vai ter leilão, ou quando. A mim não cabe fazer previsão sobre realização de leilões. Não tenho um prazo para apresentar o relatório, a não ser o prazo regimental do trâmite da MP”, disse ontem Olivei-

ra. “Imagino que o ministro Braga tenha falado de um prazo que ele gostaria, mas tenho certeza de que ele, mais do que ninguém, entende o processo legislativo”, completou.

O senador terá ainda bastante tempo para apresentar o relatório, já que, no dia 8, a MP foi prorrogada por 60 dias. “Na próxima semana, pretendo fazer uma audiência pública com todos os segmentos afetados pela MP. Vamos ouvir todos os interessados e, aí sim, vou produzir um relatório que com certeza será aprovado”, acrescentou.

Enquanto não houver a conversão da MP em lei, o setor de geração de energia continuará vivendo um ambiente de guerra judicial em torno do risco hidrológico das usinas hidrelétricas. A falta de chuvas em 2015 e a consequente queda no nível dos reservatórios gerou um rombo de mais de R\$ 12 bilhões no fluxo de recursos das geradoras, que foram à Justiça e obtiveram liminares para não pagarem essa conta.

A liquidação financeira do mercado de curto prazo de energia referente a julho e agosto foi concluída na semana passada com uma taxa de inadimplência de 56,34%. A operação movimentou apenas R\$ 1,864 bilhão dos R\$ 4,279 bilhões contabilizados.

SEMINÁRIO

LIDE
GRUPO DE LÍDERES EMPRESARIAIS
RIO GRANDE DO SUL

O Grupo de Líderes Empresariais - Lide Rio Grande do Sul tem a satisfação de convidar seus filiados para Seminário com dois dos principais executivos do Grupo Disney nos últimos anos, Jim Cunningham e Claudemir Oliveira.

JIM CUNNINGHAM
Especialista em excelência de atendimento ao cliente, com 17 anos de experiência como professor da Disney University e Disney Institute, tendo atuado como consultor no projeto da abertura da Disneyland Paris.

22 OUT
QUINTA

19H30 ÀS 22H00
Restaurante Casa Vecchia
Rua Auxiliadora, 176
Auxiliadora | Porto Alegre / RS

CLAUDEMIR OLIVEIRA
PhD, presidente e fundador do Seeds of Dreams Institute, empresa fundada nos EUA, sendo considerado o pai da CLIENTOLOGIA.

Confirmações e informações pelo e-mail leaders@leaders.com.br ou pelo fone (51) 3407 5264

EVENTO EXCLUSIVO PARA FILIADOS LIDE RS

PATROCÍNIO



APOIO



REALIZAÇÃO



INICIATIVA

